

RELATORIO 1º ENCONTRO DA ETAPA CONCLUSIVA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FLORIANOPOLIS

1, 2 e 3 de dezembro de 2009

Hotel Castelmar

Oficinas organizadas na forma de grupos e plenárias de integração, com os seguintes temas: modelo urbano-ambiental, políticas prioritárias e sistema de gestão.

1 Introdução

Durante os dias 1, 2 e 3 de dezembro de 2009, no Hotel Castelmar, foram realizadas três jornadas consecutivas de exposição e debate, no modelo de oficinas e plenárias, que trataram dos componentes básicos do modelo urbano-ambiental e que virão fundamentar a nova lei do Plano Diretor Participativo para Florianópolis. Deste modo foram apresentados, debatidos e ajustados os critérios das políticas a serem aplicadas no Plano Diretor, assim como o sistema de gestão do planejamento para garantir a governança e a sustentabilidade institucional das políticas mencionadas, bem como definir com clareza os mecanismos permanentes de participação comunitária para a fase de aplicação do plano, ou seja, como se dará a interação entre sociedade e poder público nos próximos 20 anos, em todos os aspectos referentes à produção e gestão da cidade em seu ambiente natural e cultural.

Todas as propostas se nutrem naturalmente das propostas e diretrizes surgidas do Plano Diretor Participativo, realizadas entre 2006 e 2008.

A metodologia dos encontros foi a exposição em plenário e o debate em grupos com o seguinte esquema:

METODOLOGIA ENCONTROS DEZEMBRO								
	4 GRUPOS							
	Matriz paisagem		Ocup. solo, saneamento e moradia social		Mobilidade		Projetos deflagrantes	
dia 1 Modelo	X		X		X		X	
dia 2 Políticas prioritárias	Х		Х		Х		Х	
				3 GRUPOS				
dia 3 Sistema de gestão		Conselho da Cidade		Agencia de desenvolvimento urbano		Mecanismos de articulação interna dentro da Prefeitura		
				X		X		

Durante as duas primeiras jornadas, os debates se organizaram em 4 grupos:

Grupo 1 – Matriz da paisagem natural e cultural onde foi discutido o primeiro componente do modelo apresentado.

Grupo 2 – Ocupação do solo, saneamento e habitação social que incorporam os componentes dois, três e cinco, parcialmente.

Grupo 3 – Estratégia de mobilidade e corredores de articulação que trabalharam o componente 4 e seus sub-componentes.

Grupo 4 – Trabalhou o componente cinco do ponto de vista dos projetos atratores ou propulsores do desenvolvimento urbano.

Durante o terceiro dia a tarefa de oficinas foi realizada em três grupos:

- Agência de Desenvolvimento;
- Conselho da Cidade;
- Articulação interna na Prefeitura.

2 - Participantes

Participaram das jornadas as instituições e pessoas registradas no anexo 1 deste relatório.







3 TEMAS TRATADOS

3.1 Debates sobre o modelo

Durante a primeira jornada foram debatidos os aspectos mais destacados do modelo urbano ambiental no que se refere à estratégia de conservação da paisagem, à estratégia de multicentralidade e às áreas de inovação e modernização urbanas, à estratégia de mobilidade e a de projetos propulsores do desenvolvimento sóciourbano.

Em termos gerais os principais componentes do modelo assim como sua estruturação em conjunto foram avaliados positivamente pelos participantes, destacando-se a importância de contar com um modelo de referência que lhes oriente, como uma política de estado, a uma ação futura independente das mudanças de governo.

Também foi destacada a utilidade do modelo como imagem-objetivo de todo o território, e muito particularmente foi mencionada a importância de entender o território insular e continental em seu conjunto, de modo a contar também com uma estratégia orientadora para a área metropolitana.

Com respeito à estratégia de mobilidade, os acordos foram gerais, destacando-se a importância do transporte marítimo de passageiros nas baías, como o principal meio de transporte em escala regional. Deste modo, foi definido o critério de um sistema de mobilidade hierarquizado com uma estrutura mais veloz e de maior capacidade no oeste da ilha, suportada por transporte de massa e a outra estrutura mais "lenta" a leste, para garantir a estratégia de conservação natural e cultural, mantendo padrões de acessibilidade adequados.

Em síntese, a idéia que o centro do desenvolvimento urbano se desloca para as baías, recuperando sua marca fundamental de "cidade do mar", articuladora da região metropolitana, se manifesta como uma das principais conclusões desta jornada.

Deste modo, foram feitas observações ao esquema de comunicação do modelo. Foram recomendados ajustes para sua melhor compreensão:

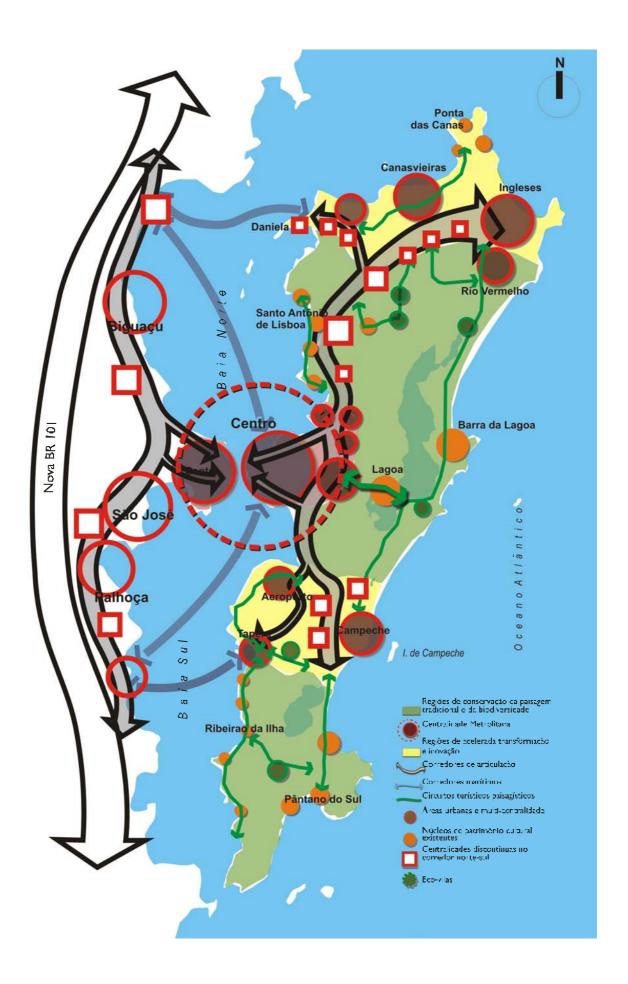
- Retirar a referência de patrimônio cultural na Praia Brava;
- Retirar a microcentralidade em Daniela e destacar que, nessa localidade, se propõe um atracadouro e não um porto;
- Destacar as centralidades continentais:
- Delimitar, com linhas tracejadas, os limites das áreas de conservação evitando, desta forma, interpretações errôneas já que estas grandes unidades se definem por seus traços dominantes, o que significa que em todas as zonas há áreas a conservar quando assim esta indicado.

Deste modo, foram detalhados ainda mais o patrimônio e as paisagens culturais atuais, além das potenciais, tarefa esta que deve ser aprofundada.

Merece destaque ainda o fato do modelo orientar a estratégia geral de desenvolvimento. Cabe ressaltar que as definições detalhadas serão motivo de futuros encontros.

Parágrafo especial merecem os chamados projetos atratores. Neste caso, referimonos àquelas grandes intervenções com capacidade inovadora para redirecionar o desenvolvimento do município. Não são incluídos, portanto, nesta categoria, aqueles outros valiosos projetos urbanos que foram indicados no processo participativo que merecerão tratamento mais detalhado no momento de abordar o microzoneamento.

No esquema a seguir são registradas algumas observações antes mencionadas.



3.2 Debates sobre as políticas e programas de desenvolvimento urbano-ambiental

Na segunda jornada foram debatidos, em diferentes grupos, as principais políticas e programas, quando se chegou a acordos gerais sobre os mesmos.

Não obstante esta tarefa merecer um maior detalhamento e em particular a distribuição de co-responsabilidades para sua aplicação no futuro. Uma síntese do que foi tratado é apresentada a seguir:

1. Política de desenvolvimento da Reserva da Biosfera em Ambiente Urbano

- 1.1 Programa de categorização de usos e atividades na RBAU.
- 1.2 Programa de manejo das paisagens, incluindo despoluição visual. Categorização da paisagem: histórica, contemporânea, arqueológica e de locais de memória.

2. Política de conservação do ambiente natural

- 2.1 Programa de demarcação física, fiscalização e delimitação física das categorias do ambiente natural da RBU, incluindo as APP e APL do Município.
- 2.2 Programa de implantação, gestão e manejo das unidades de conservação, incluindo a criação de um sistema municipal de unidades de conservação.
- 2.3 Programa de criação de corredores ecológicos.
- 2.4 Programa de incentivo fiscal com o objetivo de garantir a manutenção das áreas de preservação.
- 2.5 Programa de controle da exploração mineral.
- 2.6 Programa de mediação e negociação para arbitrar a solução de conflitos socioambientais existentes e históricos.
- 2.7 Programa de criação de um fundo municipal, incluindo recursos oriundos de ajustes de conduta, multas, taxas de licenciamento e medidas compensatórias e/ou reparatórias para aplicação em gestão e educação ambiental.

3. Política de patrimônio e paisagens culturais

- 3.1 Programa de manutenção das ações de preservação e proteção vigentes.
- 3.2 Programa de identificação, proteção e ampliação do estoque patrimonial incluindo, entre outros: correntes arquitetônicas mais recentes e a arquitetura vernacular (popular); espaços internos significativos do acervo construído; antigos caminhos terrestres e náuticos; os componentes integrantes da paisagem histórica urbana; referenciais construídos dos bairros (insulares e do continente); empreendimentos urbanos que são referenciais para a evolução urbana.
- 3.3 Programa de cadastramento e proteção do patrimônio tecnológico, incluindo os engenhos de farinha e cana de açúcar e o acervo vinculado à arquitetura industrial.
- 3.4 Programa de cadastramento dos locais de memória.

- 3.5 Programa de cadastramento da dimensão cultural intangível (saberes, fazeres).
- 3.6 Programa de sítios arqueológicos.
- 3.7 Programa de valorização da paisagem natural e cultural (histórica e contemporânea) através da garantia de salvaguarda do contexto do sítio protegido (áreas de transição e bordas dos conjuntos), entorno e ambiência, vistas panorâmicas significativas, referenciais marcantes na paisagem construída e suas áreas de entorno de visibilidade.
- 3.8 Programa de desenvolvimento socioeconômicocultural para garantir a sustentabilidade das comunidades tradicionais.
- 3.9 Fundo para a preservação e recuperação do patrimônio e das paisagens.
- 3.10 Programa de atualização das normativas urbanísticas para garantir a preservação do patrimônio e das paisagens.
- 3.11 Programa de gestão cultural, incluindo a criação de espaços públicos para atividades culturais.

4. Política de manejo sustentável das águas do território municipal

- 4.1 Programa de uso para a proteção, vigilância, manutenção e recuperação de margens de cursos d`água, áreas sujeitas à inundação, mananciais, áreas de alta declividade e cabeceiras de drenagem.
- 4.2 Programa de macrodrenagem urbana incluindo a prevenção e restrições para o uso de áreas inundáveis e de risco.
- 4.3 Programa de captação e re-aproveitamento das águas pluviais nas edificações.
- 4.4 Programa de manejo sustentável das águas subterrâneas, superficiais e costeiras, através de estudos e legislação adequados.
- 4.5 Programa de permeabilidade do solo das áreas urbanas.

5. Política de dinamização, difusão e educação ambiental e patrimonial cultural como processo de formação de uma consciência crítica

- 5.1 Programa de parcerias com associações comunitárias e promoção da capacitação da comunidade envolvendo ações efetivas e contínuas.
- 5.2 Programa de educação e atualização continuada dos órgãos públicos, em especial os órgãos fiscalizadores.
- 5.3 Programa de educação ambiental/patrimonial inserido nos currículos escolares.
- 5.4 Programa editorial para a educação ambiental e patrimonial cultural.

6. Política de fortalecimento da multicentralidade

- 6.1 Programa de consolidação e miscigenação de usos dos vários centros urbanos, incluindo renovação, complementação de equipamentos e infraestrutura, tributação com finalidade extrafiscal para fins de desenvolvimento urbano, aplicação dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade e parcerias entre o Poder Público e entidades da sociedade civil organizada e co-gestão.
- 6.2 Programa de consolidação e complementação das áreas urbanas existentes passíveis de ocupação, incluindo estímulo à ocupação dos vazios

urbanos onde haja infraestrutura correspondente ou condicionado à sua implementação.

7. Política de ocupação concentrada do solo em ambientes sustentáveis

- 7.1 Programa de mobilização da terra urbana.
- 7.2 Programa de avaliação estratégica de empreendimentos.
- 7.3 Programa de microcentralidades.
- 7.4 Programa de ecovilas.

8. Política e Plano Municipal de universalização de acesso ao saneamento básico e de eficiência na gestão da energia

- 8.1 Programa de sistema de tratamento de esgoto e disposição final.
- 8.2 Programa de sistemas alternativos de tratamento e disposição final.
- 8.3 Programa estrutural e não-estrutural de drenagem urbana.
- 8.4 Programa de permeabilidade do solo nas áreas urbanas.
- 8.5 Programa de conservação e preservação dos mananciais de água.
- 8.6 Programa redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos.
- 8.7 Programa de valorização e eficiência energética.
- 8.8 Programa de incentivos a edificação sustentável.

9. Política de integração da habitação social ao desenvolvimento urbano

- 9.1 Programa de ocupação de vazios urbanos e incentivos urbanísticos, fiscais e econômicos para a construção de moradias sociais.
- 9.2 Programa de moradia integrada ao desenvolvimento urbano.
- 9.3 Programa de acessibilidade às áreas de interesse social.
- 9.4 Programa de assistência técnica à autoconstrução.
- 9.5 Programa de fomento ao acesso à moradia.

10. Política de qualificação dos espaços e equipamentos públicos e desenho urbano integrado

- 10.1 Programa de desenho urbano local.
- 10.2 Programa de equipamento social dos bairros, áreas verdes de lazer e esporte.
- 10.3 Programa de arte pública.
- 10.4 Programa de manutenção e ampliação da arborização de ruas, praças e parques urbanos.
- 10.5 Programa de Banco de Terras para fins públicos.
- 10.6 Programa de implantação do projeto orla e seus respectivos planos de manejo adaptado as necessidades locais.
- 10.7 Programa de segurança pública.
- 11. Política de desenvolvimento de corredores de transporte de massa em escala metropolitana para integrar as centralidades, incluindo o planejamento e implantação de um sistema de mobilidade multimodal integrando automóveis, transporte de massa (ônibus, marítimo, teleférico, VLT / VLP / VAL), ciclístico, pedestre e cargas.
 - 11.1 Programa de incentivo ao transporte público.

- 11.2 Programa de inovação tecnológica para o transporte público de massa sustentável, confortável, ergonômico e seguro.
- 11.3 Programa de novos acessos à Ilha e portas de entrada da cidade.
- 11.4 Programa de estudos a partir da ampliação do aeroporto.
- 11.5 Programa de centros de transbordos, incluindo estacionamentos multimodais.
- 11.6 Programa de desenvolvimento de sistemas cicloviários.

12. Política de transporte marítimo

- 12.1 Programa de atracadouros para passageiros.
- 12.2 Programa de incentivo ao serviço de transporte de passageiros nas baías.

13. Política de sistema viário padronizado e hierarquizado

- 13.1 Programa de vias exclusivas para transporte de massa.
- 13.2 Programa de vias rápidas.
- 13.3 Programa de vias, calçadas e/ou áreas para pedestres, incluindo acessibilidade a pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida e garantindo a relação de continuidade e acessibilidade com as edificações.
- 13.4 Programa de integração de vias urbanas inter/intra-bairros e locais.
- 13.5 Programa de implantação de áreas de estacionamento.
- 13.6 Programa de infraestrutura e sinalização adequada (inclusive turística).
- 13.7 Programa de rotas paisagísticas com traçados que privilegiam os valores naturais, culturais e históricos e integração com os equipamentos turísticos.

14. Política de educação e fiscalização para a mobilidade sustentável

- 14.1 Programa de educação para mobilidade nas escolas.
- 14.2 Programa de educação para transportadores.
- 14.3 Programa de fiscalização.
- 14.4 Programa de educação da condução defensiva e responsável.

15 Política de desenvolvimento de projetos propulsores para o fortalecimento da diversificação econômica com inovação

- 15.1 Programa de projetos de inovação cientifica tecnológica e urbanística.
- 15.2 Programa de captação de investimentos.
- 15.3 Programa de projetos especiais e operações consorciadas para o desenvolvimento de projetos propulsores.
- 15.4 Política de emissão de Certificados de Potencial Adicional de Construção CEPAC.

3.3 Debates sobre o sistema de gestão do planejamento

Esta última oficina, na terceira jornada, tratou dos aspectos do sistema de tomada de decisão da futura gestão do planejamento. Naturalmente, este debate deve integrar as instâncias de políticas e técnicas da Prefeitura com os diferentes atores sociais que modelam o território urbano e o ambiente natural, sejam estes setores

da construção e do negócio imobiliário, ou organizações comunitárias de variados interesses. Portanto, as oficinas se organizaram ao redor da avaliação de uma Agência de Desenvolvimento Urbano, à estruturação de um Conselho da Cidade e os mecanismos de articulação interna à própria Prefeitura de Florianópolis.

Nesta jornada logrou-se somente a introdução dos temas já que esta tarefa merece um debate muito mais profundo e detalhado. Mesmo assim, a equipe técnica responsável pela etapa conclusiva do Plano Diretor extrairá destes debates as orientações centrais para o sistema de gestão.

3.3.a AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO-AMBIENTAL

A respeito da Agência de Desenvolvimento, foi realizado um debate avaliando rapidamente os pontos fortes a as fragilidades da mesma.

Pontos Fortes	Fragilidades			
Articular projetos ou idéias que estão espalhadas em distintas áreas do governo.	A agência não deve ter uma estrutura rígida que não lhe permita agilizar ou gerenciar projetos.			
Os programas que maneja ou desenvolve são os mecanismos de continuidade das políticas.	Que transforme seus interesses do público ao privado.			
	Mudança de direção das políticas ou do desenvolvimento dos programas e projetos por mudança de governo.			
Ser um espaço de informação sobre a direção do desenvolvimento do município.	Não tornar público o processo (no sentido da abertura de informação do programa ou projeto para a população).			
Um lugar de ações claras e transparentes. Deverá ter formulários de incorporação ou de apresentação claros e com sistema de controle público.	Que se torne burocrática como qualquer outra estrutura de governo.			
Possibilidade de ter mecanismos flexíveis para a apresentação de projetos. Não faz a avaliação (a cargo das secretarias de governo e outros).	Revisar a escala de atuação ou sua estrutura para que tenha a possibilidade de atuar em projetos de escala metropolitana.			
Articular interesses públicos e privados.				
Agência: conceito que lhe confira estabilidade ao longo do tempo através da estabilidade dos diretores.				
A agência movimenta projetos.				
A agência como uma incubadora de projetos.				
Agência: sociedade de economia mista (exemplo: Petrobras e/ou SCParcerias). Permite ter benefícios (e inclusive ter múltiplos acionistas) que deverão ter um fim público.				
Flexibilidade de ação.				
Fidelidade ao plano e efetividade.				

3.3.b ARTICULAÇÃO INTERNA NA PREFEITURA

Neste grupo, os temas tratados são resumidos do seguinte modo:

- Estabelecer fluxos de gestão transversais/matriciais que contemplem a unificação do processo integrado de planejamento.
- Sistema de informação.
- Banco de dados.
- Consulta de viabilidade.
- Aprovação de projetos.
- Revisão da estrutura administrativa da Prefeitura, estabelecida em 2009, em relação à questão do desenvolvimento/planejamento ambiental-urbano.
- Definição clara das atribuições das secretarias referidas ao sistema de planejamento e ações previstas no planejamento específico.
- Resgate do poder de polícia da prefeitura e desburocratização quanto à fiscalização.
- Estabelecimento dos procedimentos relativos a processos gerais.
- Otimização dos processos e procedimentos internos da PMF.
- Articular melhor, internamente, a SMDU.
- Transparência e acompanhamento público dos processos de fiscalização.
- Criação de responsáveis de planejamento em cada secretaria/órgão relativo à atribuição da secretaria e fórum que reúna os representantes de cada secretaria, com o compromisso de que se reúnam periodicamente para troca de informações, visando contribuir com o processo de planejamento.
- Sistema de articulação digital para troca de informações e comunicações.
- Sistema de encontros periódicos para troca de experiências e avanços entre os responsáveis.
- Consolidação de um banco de dados geoprocessado.
- Discussão dentro da PMF em relação à informação institucional, sua divulgação, publicação e sua validação.
- Manutenção da característica de autarquia e fundação do IPUF e FLORAM.
- Reestruturar e fortalecer o IPUF como órgão de planejamento urbano do município de Florianópolis.

3.3.c CONSELHO DA CIDADE

As recomendações quanto a configuração do Grupo do Conselho da Cidade são:

- Esclarecer o fluxo de integração do sistema (forma de anel e não hierárquico, possibilitando a participação e articulação).
- Composição do Conselho: um terço da base territorial, um terço poder público e um terço da sociedade civil organizada.
- Estabelecer o caráter consultivo do Conselho da Cidade.

- Determinar a obrigatoriedade de consulta ao Conselho para as alterações do Plano Diretor Participativo.
- Estabelecer os mecanismos de controle social com transparência e informações.
- Desenvolver melhor a composição dos Subconselhos.
- Presidência do Conselho deve ser eleita por seus pares.
- Esclarecer os critérios de escolha dos representantes das bases territoriais.
- Critérios de formação do Conselho.
- Detalhar melhor a forma de atuação de cada região junto ao Conselho.
- Sobre as atribuições são aceitas as recomendações do Conselho Federal e não se agregará mais nenhuma atribuição. Sobre a questão da deliberação sobre as questões do plano ficou claro e aceito por todos os participantes.

4 ENCONTROS DE FEVEREIRO 2010

O 2º Encontro se realizará nos dias 2, 3 e 4 de fevereiro de 2010 das 17h00 às 22h00, no Castelmar Hotel.

As oficinas de fevereiro serão organizadas de forma a se discutir o município por Regiões, e nelas prevê-se a participação de lideranças dos respectivos distritos. O objetivo é a aplicação do modelo às necessidades locais, mediante oficinas participativas simultâneas.

O cronograma proposto é o seguinte:

Dia 2 fev

2 grupos simultâneos: a. Centro

b. Continente

Dia 3 fev

2 grupos simultâneos: a. Região de conservação da biodiversidade central

b. Região de conservação da biodiversidade sul

Dia 4 fev.

2 grupos simultâneos: a: Região de inovação norte

b. Região de inovação "entre mares"

O objetivo das oficinas é obter um diálogo direto com as lideranças distritais para ajustar os avanços da equipe técnica com as propostas surgidas do processo participativo.